

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2 **ATA 14**

3 **DATA:16/06/2011**

---

4 Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e onze, às 18h30min, no auditório da  
5 Secretaria Municipal de Saúde, situado na Av. Loureiro da Silva, nº 325, reuniu-se, em  
6 sessão ordinária do Plenário, o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. **A SRA.**  
7 **MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de**  
8 **Saúde):** No uso das atribuições que me são conferidas pelas Leis 8080, de setembro de  
9 1990, pela Lei 8142/90, de dezembro de 1990, pela Lei Complementar 277/92, de maio de  
10 1992, que cria o Conselho Municipal de Saúde, pela Lei Orgânica do nosso Município,  
11 pelo Código Municipal de Saúde e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado em  
12 julho de 2008, declaro aberta a sessão ordinária do Plenário do dia dezesseis de junho de  
13 2011. Em primeiro lugar, agradeço ao Conselheiro Olir Citolin as lindas flores que trouxe  
14 para ornamentar a mesa deste Conselho tão honrado. Muito obrigada. (Palmas) Acho que  
15 são flores do jardim da Unidade de Saúde. Então, não é qualquer flor; são flores do SUS!  
16 Isto tem um significado muito importante. A pauta de hoje tem a seguinte proposta: **1)**  
17 **Abertura; 2) Apreciação da Ata nº 11, de 05.05.2011.** Os (as) conselheiros (as)  
18 obviamente já a receberam. Há alguma manifestação que queiram fazer em relação à Ata  
19 11/2011? **O SR. MILTON DOS SANTOS (CDS Eixo Baltazar):** A questão é sobre as  
20 eleições da Eixo Baltazar. De acordo com o que ficou acertado aqui, as eleições foram  
21 prorrogadas por 90 dias. Não houve concordância, levamos para a reunião e continuou a  
22 Rejane como Coordenadora, até as eleições e não será como havia sido proposto aqui,  
23 isto é, que assumiriam os conselheiros do CMS. A Coordenadora havia proposto um prazo  
24 de 90 dias e que três ou quatro pessoas daqui tomariam conta. Mas não vai ser assim,  
25 ficou decidido que a Rejane continua na Coordenação do Conselho Distrital até as  
26 eleições, que deverão ocorrer ainda este mês ou no próximo. Era isto. **A SRA. MARIA**  
27 **LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):**  
28 Para informação de todos os conselheiros. Sempre que eu perguntar, no início da reunião,  
29 se há alguma alteração a ser feita na Ata correspondente, isto tem a ver com o que foi  
30 escrito e com o que está dito e acordado, não é com o desdobramento da reunião.  
31 Desdobramento da reunião é uma outra situação. Agora, para deixar bem claro para o  
32 senhor, o ofício que foi aprovado neste Plenário, com relação à Resolução Pró-Tempore,  
33 que designaríamos como coordenação do Conselho, foi feita e entregue para a Rejane na  
34 reunião passada do Conselho, designando a própria Rejane como a pessoa que irá  
35 permanecer, pró-tempore, na Coordenação do Conselho. Assim sendo, foi mantido e está  
36 mantido o que está na ata e que o senhor fez referência agora. **O SR. MILTON DOS**  
37 **SANTOS (CDS Eixo-Baltazar):** Está bem, obrigado. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE**  
38 **OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):** Alguma  
39 consideração com relação à Ata 11/2011? (Silêncio no Plenário.) Em votação a Ata nº 11,  
40 de 05.05.2011. Os (as) conselheiros (as) que a aprovam se manifestem levantando o  
41 crachá. (Pausa) **16 votos favoráveis.** Os (as) conselheiros (as) que não aprovam se  
42 manifestem levantando o crachá. (Pausa) **Abstenções? 1 abstenção. APROVADA a Ata**  
43 **11/2011. Conselheiros Titulares Presentes:** Ábdon Medeiros Filho; Alcides Pozzobon;  
44 Adriane da Silva; Brizabel Muller da Rocha; Carlos Antônio da Silva; Doralice Mello dos  
45 Santos; Denise Nunes da Silva Vargas; Djanira Correa da Conceição; Gláucia Maria Dias  
46 Fontoura; Hamilton Pessoa Farias; Heverson Luis Vilar da Cunha; Jairo Francisco Tessari;  
47 Lúcia Bublescki Silveira; Marizete Figueredo Rodrigues; Maria Ivone Dill; Maria  
48 Encarnacion Morales; Milton Santos; Mirtha da Rosa Zenker; Mônica Ellwanger Leyser;  
49 Olir Citolin; Paulo Goulart dos Santos; Palmira Marques da Fontoura; Roberta Alvarenga  
50 Reis; Rejane Haidrich; Roger dos Santos Rosa; Salete Camerini; Sandra Helena Gomes  
51 Silva; Sonia Regina Coradini; Tânia Ruchinsque. **Conselheiros Suplentes Presentes:**

52 Ana Maria Araujo Cirne; Christiane Nunes de Freitas; Fernando Ritter; Gabriel Antonio  
53 Vigne; Giovano Chiaradia Tarasconi; Liciane Hampe Filho; Marcelo Bosio; Marta  
54 Schneider da Silva; Oscar Paniz. **3) Faltas Justificadas:** Alberto Moura Terres; Bruna de  
55 Souza Machado; Flávio Becco; Lourdes Zilli de Souza; Luiz A. Mattia; Sônia Bonifácio;  
56 Gláucio Rodrigues; Lísia Gabe; Masurquede Coimbra; Pedro Luiz Vargas; José Antônio da  
57 Silva; Ione Nichele; Gilmar França, Vera Maria Rodrigues da Silva; Maristela da Luz. **4)**  
58 **INFORMES: O SR. OLIR CITOLIN (CDS Leste):** Essas flores que eu trouxe hoje são para  
59 comemorar um acontecimento que ocorreu no Departamento de Medicina Social da  
60 UFRGS, onde 12 fizeram a prova para medicina de família e comunidade. Havia quatro  
61 vagas e estas foram preenchidas, respectivamente, pelo Dr. Marcelo, pela Dr<sup>a</sup> Claunara;  
62 pelo Dr. Roberto e pela Dr<sup>a</sup> Camila. Quero dizer a vocês que três destes médicos que vão  
63 ser professores na medicina da UFRGS são lá da Barão de Bagé; a Claunara é do Divina  
64 Providência. Vejam que coisa bonita aconteceu e, então, estas flores são para comemorar  
65 isto. Nós da saúde comunitária formamos excelentes médicos, não só médicos, mas  
66 enfermeiros também, pois temos várias residências. Com isto, quero dizer ao nosso  
67 Secretário Adjunto que este pessoal tem que ser contratado. Os residentes do ano  
68 passado, se não me engano, foram todos para o Rio de Janeiro porque lá o salário é  
69 melhor. Então, se não dermos um bom salário, vamos perder esses recursos. A gente  
70 trabalha anos para formar essa criançada toda, fazer deles excelentes profissionais e,  
71 depois de formados, vão embora e nós ficamos nessa míngua. Então, querido amigo,  
72 gostaríamos que a Prefeitura olhasse com mais cuidado – me refiro à gestão toda, não só  
73 vocês – para essas pessoas que estamos formando porque estamos formando gente boa,  
74 excelentes profissionais e eles têm que ficar conosco porque é dinheiro público que  
75 estamos investindo para, depois, eles irem trabalhar na iniciativa privada! Há mais uma  
76 questão que quero abordar e gostaria, depois, que o amigo me desse uma resposta.  
77 Tenho conversado com várias pessoas e fiquei sabendo que estão faltando médicos em  
78 alguns postos. Quem é que contrata quando falta alguém no postinho? É o Instituto de  
79 Cardiologia, agora, ou o postinho fica sem médico? Gostaria que o senhor me  
80 respondesse isso, depois. Fico preocupado porque se é um serviço terceirizado não pode  
81 faltar. Se faltar qualquer empregado terceirizado lá a gente fica louco! O Instituto de  
82 Cardiologia assumiu esse compromisso, faltou alguém, tem que colocar outra pessoa no  
83 lugar, a comunidade não pode ficar sem ninguém. Muito obrigado. **A SRA. MARIA**  
84 **ENCARNACION (CDS Leste):** Marcelo, acho que no final de fevereiro ou início de março,  
85 solicitei informações a respeito do medicamento Aciclovir que veio para o Município. Até  
86 hoje ninguém teve notícias. A gente vai ao Estado e este diz que é tudo com o Município  
87 e, com isto, há pessoas que estão desde aquela época sem poder utilizar o medicamento  
88 porque ele custa muito caro e as pessoas não têm condições de pagar. Um outro assunto.  
89 Pena que a Christiane não esteja presente, pois ela é a Coordenadora da Rede e estão  
90 ocorrendo algumas coisas meio gozadinhas. Entraram cinco farmacêuticos e um deles  
91 atende a Bom Jesus. Havia uma farmacêutica na Macedônia que deveria vir para a Bom  
92 Jesus e um outro seria enviado para a Macedônia. Todavia, esse novo que veio foi  
93 mandado para o PA da Lomba. Assim, continuamos sem farmacêutico na Bom Jesus, pois  
94 a responsável pela farmácia é, também, responsável por todos os PA's e mais a farmácia  
95 distrital da Bom Jesus. Peço que dêem uma olhada nisso. Há uma coisa mais preocupante  
96 ainda. Temos o posto de coleta da Bom Jesus que não possui farmacêutico responsável.  
97 O Conselho Regional de Farmácia já esteve lá, notificou e ainda não se sabe quem é o  
98 responsável. Acho isto bastante sério e a Secretaria tem que informar. Se for por falta de  
99 bioquímica isto não é desculpa porque no HPS há uns quantos. Então, é preciso que  
100 alguém seja responsável. Há uma outra questão que não é da minha região, mas como as  
101 pessoas me conhecem, ligaram para me dizer que na Unidade Santa Rita há quinze dias  
102 não há médico. Eles estão alegando que o médico está fazendo um curso, curso este que

103 se vai estender por mais 15 dias. Como é que fica isto? Assim, pergunta-se: quem  
104 contrata realmente? Ah, mais uma coisa. O Citolin sempre reclama das árvores que  
105 estavam prestes a cair em cima da unidade da Vila Jardim. Quero informar que já foram  
106 cortadas. Era isto, muito obrigada. **O SR. MILTON DOS SANTOS (CDS Eixo Baltazar):**  
107 Gostaria de saber dos conselheiros municipais que fazem parte do conselho Gestor do  
108 GHC qual o problema tão grave que existe no Conselho, grave e sério, que todo mundo  
109 fala, mas ninguém diz o que é. Já faz tempo que estamos ouvindo isso, inclusive foi feita  
110 uma reunião lá e a Dona Ione Nichele cobrou que existem problemas sérios no Conselho.  
111 Também gostaria de saber se é só no Conselho do GHC que há problemas. Sobre o Eixo  
112 Baltazar: desde dezembro de 2009 tenho pedido as atas das nossas reuniões e não obtive  
113 nenhuma até hoje. Não obtive nem as atas nem as listas de presenças. Já solicitei por e-  
114 mail, pessoalmente, por telefone e a resposta que tive por e-mail foi de que não cederiam  
115 cópia das atas e ainda perguntaram para que eu queria tais atas. Quero pedir ajuda à  
116 Coordenadora no sentido de ver se me consegue cópia dos referidos documentos, pois há  
117 uma questão pendente que eu gostaria de ver esclarecida. Um outro assunto é com  
118 referência ao Conselho Municipal de Saúde. Cada vez que se fala a respeito do Conselho  
119 Municipal de Saúde a impressão que se tem é que as pessoas ficam ouriçadas e vêm,  
120 com quatro pedras nas mãos, defender o Conselho. Quero saber se não se pode criticar o  
121 Conselho, se não se pode cobrar do Conselho, se o Conselho é tão bom assim? Noto que  
122 cada vez que se fala a respeito do Conselho, tanto aqui dentro quanto lá fora, as pessoas  
123 saem com quatro pedras nas mãos atirando em quem critica o Conselho. Acho que este  
124 Conselho, como tantos outros, tem defeitos e virtudes – e talvez tenha bastantes virtudes -  
125 , mas tem defeitos também. Então, a gente tem que cobrar, porque se só elogiarmos,  
126 alguma coisa não está certa. Obrigado. **O SR. HEVERSON LUIS VILAR (CDS Restinga):**  
127 Boa-noite a todos e a todas. O Prefeito esteve na reunião do OP e bradou para toda a  
128 plenária: 192 famílias no Camila; 416 no Ana Paula e 315 no São Guilherme. Marcelo, por  
129 favor, cadê o posto de saúde da nossa Região, porque o Prefeito foi lá e gritou para todo  
130 mundo ouvir! Gritou, também, na plenária: Repouso do Guerreiro, entregaremos em  
131 outubro 300 apartamentos. Cadê o posto de saúde desta região. O número do processo  
132 do Repouso do Guerreiro é 00400300309.4. A última vez, ficou trancado no Gabinete da  
133 Governadora, na conversa com o Prefeito, porque é uma área do Estado. Também bradou  
134 para a plenária que o Loteamento Paraíso vai receber 500 famílias do Unidão. O número  
135 do processo do Paraíso é 001037503.10.3. então, quando o Prefeito pensou ir à Restinga,  
136 há dois anos, fizemos um projeto chamado Vazios de Atendimento para a Cidade de Porto  
137 Alegre. Nesta semana perguntei à Letícia se aquilo tem validade como planejamento e ela  
138 me respondeu que sim. Então, não há como alegar que não sabem que a população vai  
139 morar naquele lugar. Fora os que lá já moram, ainda estão vindo mais pessoas! Repouso  
140 do Guerreiro – 90 famílias do Rubem Berta. Vamos identificar as famílias do Rubem Berta  
141 que estão sendo transferidas para a Restinga para sabermos de onde vão migrar. Isto se  
142 faz necessário até pelo perfil epidemiológico que também as acompanha. Camila e Ana  
143 Paula – Partenon, Restinga, Lomba do Pinheiro, Centro-Sul, Cachoeirinha, Canoas e  
144 Viamão. Chamou a minha atenção o fato de que as pessoas não são moradoras de Porto  
145 Alegre e estão sendo contempladas com moradia em Porto Alegre! Se a prioridade do  
146 DEMHAB é para Porto Alegre, há alguma coisa errada nesta história. Foi reativada a  
147 frente parlamentar – a palavra não é bem esta – de combate a AIDS, tuberculose e  
148 hepatite, que foi agregada agora. A Ver<sup>a</sup>. Sofia Cavedon está convidando a todos e todas  
149 que queiram participar para se aliarem a esta luta, com vistas à aplicação dos recursos,  
150 pois há muito recurso guardado. Letícia, com referência ao ofício 010/2011, que  
151 encaminhei, até agora não obtive retorno. Ele diz respeito à aplicação da municipalização  
152 solidária. Cinco regiões não receberam os seus postos e estas cinco regiões assinaram  
153 esse ofício. **O SR. GABRIEL ANTÔNIO VIGNE (CDS Noroeste):** Sr. Secretário,

154 apreciaria saber qual a veracidade da possível transferência dos estagiários do IPA, que  
155 prestam serviços em fisioterapia junto ao CS IAP, de acordo com o convênio de 2004. Foi-  
156 me informado de que estariam sendo transferidos para a Restinga e que isto estaria  
157 dentro da Secretaria. Ocorre que tal procedimento vai deixar desassistidas cerca de 800  
158 consultas mensais que são praticadas por esses estagiários. Também gostaria de ter uma  
159 resposta a respeito de quando será colocado um CEO no IAPI, pois o Barichello não sabe  
160 se será colocado no IAPI ou no Eixo Baltazar. Esta é uma questão que também nos  
161 preocupa, pois há quase dois anos estamos sem o CEO e precisamos de uma solução  
162 urgente. Obrigado. **A SRA. DENISE NASCIMENTO (SMS):** Sou funcionária da Secretaria  
163 da Saúde. O Informe que vou dar hoje, deveria ser feito no próximo dia 7 de julho,  
164 portanto, na próxima plenária. Todavia, em combinação com a Letícia, resolvemos que  
165 seria bom antecipar pelo menos parte do assunto para que, de alguma forma, este  
166 pudesse ter uma repercussão dentro da Conferência Municipal. A Letícia ficou de  
167 encaminhar para os Conselheiros um documento; deveríamos ter feito uma cópia, no  
168 entanto, o documento é volumoso, tem cerca de 6 ou 7 páginas. Este documento é uma  
169 resposta a uma consulta pública que a OMS fez, agora, há poucas semanas. Que consulta  
170 pública é esta? Em maio aconteceu a Assembléia Mundial da Saúde, na OMS, como  
171 ocorre anualmente. As delegações dos países membros da OMS se reúnem, com a  
172 participação de outras organizações que são credenciadas junto à OMS. Na assembléia  
173 deste ano houve uma mobilização em torno de problemas que a OMS está enfrentando,  
174 com relação à estrutura do financiamento que está sendo proposto daqui para diante. No  
175 ano passado, exatamente em maio, na assembléia passada, foi deliberado pela  
176 Assembléia Mundial da Saúde, que aconteceria, dentro dos próximos meses, uma  
177 conferência sobre determinantes sociais da saúde. Essa conferência ficou meio parada,  
178 até que o Brasil se ofereceu para sediar essa conferência. No entanto, veio uma proposta  
179 que pareceu estranha a muitos países porque a proposta é que aconteça uma conferência  
180 sobre determinantes sociais da saúde, uma conferência fechada. As organizações que  
181 poderiam participar dessa conferência vão participar sob convite. Dentro de todo nosso  
182 assunto municipal e estadual e depois nacional, acontecendo as conferências, essa  
183 conferência está passando meio despercebida. Ela está programada para outubro, no Rio  
184 de Janeiro; o Brasil, em janeiro, aceitou sediá-la, mas mesmo no Rio de Janeiro e em  
185 outros fóruns ninguém sabe dessa conferência, que tem objetivos questionáveis, digamos  
186 assim. O que a OMS fez? Oficialmente a OMS publicou um documento, o Conselho foi  
187 informado a respeito desse documento, mas esse documento ficou muitos dias, para  
188 consulta pública, somente em inglês, as traduções demoraram a aparecer e este era um  
189 documento de 30 páginas, quando traduzido para o português. Quando a OMS colocou na  
190 rua essa proposta de 30 páginas, que detalhava como seria a conferência, organizações  
191 do mundo inteiro, contrárias àquela proposta que, nas entrelinhas, parecia estar  
192 escondendo várias coisas preocupantes, se mobilizaram para responder a essa consulta,  
193 uma vez que se tratava de consulta pública. Na hora em que estava sendo organizada  
194 essa resposta, porque o Conselho participa e já apoiou em várias situações, o Conselho  
195 recebeu essa carta que é uma contraproposta que foi enviada dentro do prazo, porque,  
196 agora, a consulta pública já fechou, com a assinatura de muitas organizações do mundo  
197 inteiro, instituições e pessoas contra essa proposta que a OMS fez. A conferência vai  
198 acontecer de qualquer maneira, porém a maneira como ela será estruturada é um  
199 problema que esconde questões do financiamento da OMS e do financiamento das  
200 próprias comissões sobre determinantes sociais que existem dentro da OMS. Então, como  
201 não foi possível fazermos cópias, em virtude de, como já disse, ser um documento  
202 extenso, a Letícia ficou de repassar esse documento para os conselheiros para que isso  
203 possa ter alguma repercussão na nossa Conferência Municipal. Assim, seria muito  
204 importante que, na próxima plenária, pudéssemos fazer uma breve discussão a respeito

205 desse assunto. Sabemos que para muitos fica difícil acessar o sítio da OMS, pegar esse  
206 documento em português, mais este que vocês vão receber por e-mail e que é a  
207 contraproposta. Todavia, seria muito interessante que pudessem ter conhecimento dos  
208 dois documentos porque isto alerta as pessoas para várias coisas que, aparentemente,  
209 estão muito de acordo com as determinantes sociais da saúde, no entanto, sem falar e  
210 sem analisar em profundidade os temas. E o que é pior, convocar uma assembléia  
211 mundial sobre determinantes, com convidados específicos e definida por certos interesses  
212 que, nem sempre, são da saúde para todos. Obrigada. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE**  
213 **OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):** Recebemos o  
214 documento e a idéia é enviarmos para o e-mail de todos os conselheiros. Gostaríamos  
215 que os conselheiros fizessem a leitura do documento para que, durante o período da  
216 nossa Conferência, pudesse circular sob alguma forma de moção. **A SRA. NEUZA**  
217 **HAIZELMAN (Coletivo Feminino Plural):** Embora já estejamos com as nossas diretrizes  
218 da Conferência Municipal estabelecidas, para que posamos estar discutindo, na PUC, no  
219 período da referida Conferência, venho trazer uma contribuição que foi feita na questão da  
220 saúde da mulher, pela Rede Feminista e Coletivo, referente a algumas ações importantes  
221 nessa fase. Ainda estamos no processo municipal, mas em seguida teremos o processo  
222 estadual onde também poderemos estar produzindo algumas propostas para esta  
223 conferência. Para aqueles que não são conselheiros e que, portanto, não recebem o  
224 envelope, tenho mais uma quantidade desse documento para quem tiver interesse. No  
225 envelope que os conselheiros receberam hoje já se encontra o citado documento. Uma  
226 outra questão diz respeito ao processo de conferências de políticas para as mulheres.  
227 Este processo também já teve início e, assim, quero informar que a Conferência Municipal  
228 de Políticas para as Mulheres vai acontecer nos dias 19 e 20 de agosto, na Câmara  
229 Municipal. Depois daremos mais informações a respeito. Já a Conferência Estadual  
230 realizar-se-á de 21 a 23 de outubro, na FIERGS. Esta Conferência Estadual tem seu  
231 lançamento programado para o próximo dia 27, às 18 horas, na parte térrea da  
232 Assembléia Legislativa, onde fica o Fórum Democrático. Naquele hall vai ser feito o  
233 lançamento oficial da Conferência Estadual da Mulher. Já existe uma comissão  
234 organizadora, tanto para a Conferência Municipal quanto para a Estadual, esta por sinal já  
235 está mais estruturada. Para a Conferência Municipal ainda estão sendo compostas as  
236 várias subcomissões. Obrigada. **O SR. PAULO GOULART(CDS Noroeste):** Não  
237 pretendia me manifestar, mas como foram citados aqui os conselheiros do GHC, inscrevi-  
238 me para dar uma resposta. Em primeiro lugar, Seu Milton, não sei que tanto problema há  
239 no Conselho Gestor do GHC. Sei que faz um ano que discutimos a sua relação com a  
240 Dona Rejane, que é um problema particular, e não discutimos as coisas sérias que  
241 existem dentro do Grupo. Em segundo lugar, não sei o que tem este Conselho aqui, pois  
242 sou motivo de deboche lá no Conselho Gestor do Conceição. Há poucos dias quando eu  
243 me manifestei no Conselho Gestor do GHC dizendo que traria para cá um documento,  
244 disseram que de nada adiantaria porque aqui era feito acordo com o gestor. Eu disse que  
245 isto é mentira, me irritei e até chamei a pessoa de mentirosa. Lá no Conselho do GHC há  
246 algumas pessoas que dizem não existir essa relação, que o gestor do Conceição é  
247 autônomo. Não é, enquanto estiver vigente aquela Portaria que criou o Conselho e o  
248 Estatuto, essa relação vai existir. Não existe isso de conselho independente. E o senhor,  
249 Seu Milton, sabe muito bem das coisas que são levantadas lá. Para destruir é muito fácil,  
250 é muito fácil largar coisas ao vento. Vocês também, quando vierem falar aqui no Conselho  
251 Municipal tragam coisas concretas, vocês nunca trouxeram coisas concretas, sempre  
252 ficam tocando flauta em mim; vocês fazem a propósito, eu fico servindo de palhaço. Os  
253 meus filhos não querem mais que eu participe, eles dizem que eu não posso ficar me  
254 incomodando, mas eu fico irritado pelas baixarias que por vezes surgem lá. O senhor  
255 sabe, também, que lá foram levantados problemas do Conceição, problemas de

256 funcionários, problemas de salários e com isto não me intrometo porque problema de  
257 salário é com o sindicato e não com o Conselho Gestor. Quando foi levantada a questão  
258 do salário dos funcionários da comunitária, não havia fundamento algum porque foi  
259 mandado um documento explicando que aquilo era salário que eles recebiam há 20 anos.  
260 Outra coisa, estou aqui por causa da comunidade pela qual fui eleito por voto direto, do  
261 contrário não estaria aqui. Pertencço ao Conselho Local e não fui indicado por ninguém e  
262 na hora em que não me quiserem mais vou para casa descansar. Obrigado. (Palmas.) **A**  
263 **SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal**  
264 **de Saúde):** Há mais dois inscritos e encerraremos este assunto porque não é para abrir  
265 discussão. **A SRA. MARIA IVONE DILL (CDS Leste):** Boa-noite a todos e a todas. Estou  
266 aqui porque me sinto agredida. Temos muitos problemas no Conselho Gestor do GHC.  
267 Este nosso colega, parceiro, ele é funcionário encostado, ele não pode representar a  
268 comunidade. Já perguntei a ele, numa reunião, por que ele não sai e deixa que a Rejane  
269 permaneça porque ela é oficial. Ele critica o nosso Conselho, mas eu não deixo falar mal  
270 do Conselho, sinto-me agredida, pois participo há cerca de 12/15 anos deste Conselho.  
271 Durante todo este tempo tive confiança nos trabalhos que aqui foram realizados. É claro  
272 que temos muitas discussões e poucas conquistas, mas isto não depende de nós  
273 conselheiros. Eu até disse para o Milton que nós estamos vindo ao Conselho de graça e  
274 pedi para que ele saísse e nos deixasse trabalhar. Ali só falta se pegarem aos tapas e  
275 pontapés. Está muito difícil e lá no Conceição nós ficamos sem gestor, desde o ano  
276 passado, não havia ninguém representando o Hospital. O diretor, falando comigo, disse  
277 que sabia que havia problemas, mas não sabia que eram tantos. Eu lhe respondi dizendo  
278 que ele não conhecia nem a metade da missa! Não tenho nada pessoal com o Milton nem  
279 com o Seu Néri, mas a verdade tem que ser dita. Vamos terminar com essas fofocas!  
280 (Palmas) **O SR. JORGE (Jardim Floresta/Noroeste):** Boa-noite. Eu fiz parte do conselho  
281 local e sou suplente do Seu Paulo Goulart. Temos divergências de opiniões, mas não  
282 somos inimigos, e a divergência de opinião foi constatada agora, aqui. Na verdade, existe  
283 uma grande incoerência na história. Sabemos que se acessarmos o sítio do Ministério da  
284 Saúde vamos encontrar o salário de todos os funcionários cadastrados. Não é nada de  
285 anormal. O que aconteceu e o Seu Paulo falou, mas considero um erro ter trazido para cá,  
286 pois é um problema que não é daqui, mas sim de lá. O que aconteceu foi que, à época, foi  
287 solicitado o horário de trabalho dos postos de saúde. Por quê? Vou dizer, porque num  
288 outro dia conversando com o Marcelo ele me disse que estariam fazendo 40 horas – das  
289 8h as 12h e das 13h as 17h. Acontece que o nosso posto de saúde trabalha das 8 ao  
290 meio-dia e trabalhava das 14 as 18. No entanto, constatei que os nossos funcionários são  
291 contratados para trabalharem 6 horas. Então seriam 12 horas e não 8 horas de trabalho.  
292 Solicitei ao departamento pessoal o cadastro dessas pessoas para poder ver qual seria o  
293 seu horário de trabalho e ver se haveria possibilidade de aumentarmos o número de  
294 atendimentos. Esta foi a realidade. Junto com esse papel veio, sim, o salário dos  
295 funcionários o que, inclusive, foi questionado dentro da unidade de saúde e o próprio  
296 gestor disse que tal relação constava do sítio do Ministério da Saúde. Qualquer pessoa  
297 pode acessar o sítio do Ministério e ver o salário de qualquer pessoa. Todavia, nada foi  
298 falado nem criticado no que diz respeito ao salário de cada funcionário. Falamos a respeito  
299 de os funcionários serem contratados para trabalhar 6 horas e o posto fecha ao meio-dia e  
300 também fecha as 18 horas, uma vez que temos deficiência, tanto é que as emergências  
301 estão lotadas! Se tivéssemos uma unidade básica, trabalhando 12 horas, inclusive no  
302 próprio Município, teríamos menos problemas nas emergências. Esta é a realidade, não  
303 há nada de anormal solicitar a carga horária dos funcionários. Aliás, o Seu Paulo sabe que  
304 é preciso colocar o horário de trabalho dos funcionários à vista. *(Manifestação do Sr.*  
305 *Paulo fora do microfone)* Um momento, Seu Paulo, eu respeitei quando o senhor estava  
306 falando, agora o senhor tem que me respeitar. *(O Sr. Paulo pede desculpas pela*

307 *interrupção.*) Na verdade, não é preciso trazer nada para cá porque o Conselho Gestor é  
308 uma outra parte....(*várias manifestações do Plenário dizendo que não*) Por favor, um  
309 momentinho! Querem me deixar falar?! O Conselho Gestor pertence a uma instância  
310 maior que é o Conselho Municipal de Saúde. E uma instância maior do que o Conselho  
311 Municipal é o Conselho Estadual. Nunca se falou – e aí o Paulo pode me desmentir –  
312 nunca se questionou se o Conselho Municipal não teria a mão lá dentro. Sim, teria sim!  
313 Acho que é um problema de gestão, um problema de coordenação, mas esta é a minha  
314 opinião. Agora, se vocês têm outra opinião, cada um tem direito de pensar o que quiser.  
315 Mas, eu penso que o Conselho Municipal é uma instância, o Conselho Estadual é outra e  
316 fim. Para mim são instâncias e nada mais. Obrigado. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE**  
317 **OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):** Este assunto  
318 será, oportunamente, trazido ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde, pois neste  
319 momento constituímos um grupo de trabalho para trabalhar no regimento do Conselho  
320 Gestor do GHC porque a partir da última eleição, que aconteceu em 2009, o próprio  
321 Conselho Municipal de Saúde apontou vários problemas relativos ao regimento e à própria  
322 eleição, tendo comunicado por escrito à Coordenação do Conselho Gestor do GHC tais  
323 observações que infelizmente, na época, não foram observadas. O Conselho Municipal de  
324 Saúde, então, numa outra oportunidade, solicitou que o Conselho viesse ao Núcleo de  
325 Coordenação para que pudéssemos discutir as mudanças necessárias ao processo do  
326 Conselho Gestor, mas isto não foi feito pelo Conselho Gestor. Então, como isto não foi  
327 feito pelo Conselho Gestor e como os membros do Conselho Gestor, nossos  
328 representantes aqui do Conselho Municipal, trouxeram ao conhecimento do Núcleo de  
329 Coordenação uma série de problemas que estão acontecendo lá e que não cabe, aqui e  
330 agora eu fazer o relato a todos, acho que um pouco vocês já perceberam e já conhecem  
331 um pouco da história, constituímos esse grupo de trabalho que já construiu uma proposta  
332 de regimento interno, a qual, oportunamente, será trazida ao conhecimento deste Plenário,  
333 pois é este Plenário que delibera a respeito do regimento do Conselho Gestor do GHC, do  
334 Conselho Gestor do HPS, enfim, do conselho gestor de todos os hospitais que estiverem  
335 no âmbito do SUS de Porto Alegre. No momento oportuno todos os conselheiros terão a  
336 oportunidade de estar discutindo a questão do Conselho Gestor do GHC. Temos uma  
337 série de Informes, mas a partir de uma questão que o Milton levanta, com relação ao  
338 Conselho Municipal de Saúde, na última plenária entregamos a todos os senhores o  
339 relatório de prestação de contas do Conselho Municipal de Saúde, que é o relatório de  
340 atividades do CMS do ano de 2010. Todos os anos fazemos a entrega ao Plenário do  
341 Conselho e, inclusive, fazemos a apresentação. Desta vez não foi possível fazer a  
342 apresentação em função da quantidade de Pareceres que tínhamos, atrasados, inclusive,  
343 pois há duas ou três reuniões não tínhamos este espaço de Informes dos conselheiros em  
344 virtude da nossa Pauta apertada. Para retomar um pouco, quase todas as atividades que  
345 o Conselho desenvolveu no ano de 2010 estão nesse relatório. Acho que isto é o retrato  
346 da capacidade que tem este Plenário de se posicionar diante das questões de saúde no  
347 nosso Município. Então, isto é a resposta de por que, muitas vezes, quando o Conselho é  
348 agredido, as pessoas se sentem incomodadas, acontece que o trabalho que é  
349 desenvolvido aqui dentro é muito sério, competente e pertinente. Talvez a resposta ao que  
350 o Milton coloca esteja aqui nas atividades que foram desenvolvidas por todos que aqui  
351 estão. Não são todas, mas acho que é uma parte bastante significativa. Este é o meu  
352 primeiro Informe. Outro Informe é que na terça-feira concluímos quase todo o processo de  
353 eleição do CDS Centro. Vocês lembram que ficou atribuído ao Núcleo de Coordenação  
354 designar a comissão eleitoral para a eleição do Conselho Centro e, assim, na terça-feira  
355 foi apresentada a chapa única, sendo eleita por aclamação. Esta era uma das questões  
356 previstas no regimento, ou seja, havendo apenas uma chapa esta seria eleita por  
357 aclamação. A partir de agora, teremos três dias para possíveis recursos e na próxima

358 segunda-feira teremos o resultado final e, depois, efetivamente estaremos realizando a  
359 posse dos eleitos. Quero informar ainda que está aberto o processo eleitoral do Conselho  
360 Distrital da Restinga e, como de praxe, está aqui. Recebemos do Conselho Distrital da  
361 Restinga o ofício dando conta da escolha da comissão eleitoral, no dia 8 de junho de  
362 2011, e está junto, também, todo o processo com o regimento eleitoral e fica à disposição  
363 para o conhecimento de quem assim o desejar. Mais uma informação: o Conselho Distrital  
364 Noroeste fará eleição no dia 27 de julho p.v. Oportunamente enviarão ao Conselho a  
365 documentação. Outra informação que foi solicitada ao Núcleo de Coordenação, por ofício,  
366 foi para a constituição de comissão eleitoral para eleição do Conselho Distrital Eixo  
367 Baltazar. Para informação de todos, a comissão está assim constituída: Roger dos Santos  
368 Rosa, Joana Olívia Fernandes e Héverson Luis Vilar. Com a palavra o Secretário Adjunto  
369 Marcelo Bósio. **O SR. MARCELO BÓSIO (Secretário Adjunto da Saúde):** Boa-noite a  
370 todos. Vou ser bem rápido. **Citolin e Encarnación.** Quem contrata os médicos para as  
371 equipes de Saúde da Família é o Instituto de Cardiologia, isto para aquelas equipes que a  
372 ele estão vinculadas. Para as UBS, quem contrata os profissionais é a Prefeitura Municipal  
373 de Porto Alegre. Já discutimos isso em outras plenárias e estamos tentando equacionar  
374 uma situação de se completar todas as equipes. Temos tido algumas dificuldades, mas já  
375 ficou reduzido o número de equipes que estão sem os profissionais. Em algumas  
376 situações, por alguma questão de licença ou curso, enfrentamos situações temporárias  
377 que tentamos ajustar. Mas quanto à falta de profissionais em algumas equipes, temos  
378 trabalhado diretamente e tentado equacionar isso junto ao Instituto de Cardiologia.  
379 **Quanto à questão da Santa Anita,** cujo médico está fazendo curso, vou verificar e darei  
380 retorno, pois não tenho a resposta agora. No que diz respeito **ao farmacêutico da Bom**  
381 **Jesus,** foi nomeada uma farmacêutica, que estava grávida e, aí, nós a colocamos na Vila  
382 dos Comerciários. Virá uma outra farmacêutica para assumir a Bom Jesus. Quanto à  
383 questão do responsável técnico do posto de coleta da Bom Jesus, temos os responsáveis  
384 técnicos que é a farmacêutica, mas também temos os bioquímicos do HPV, onde recebe  
385 exames e os bioquímicos do Laboratório Central da Vila dos Comerciários, que são  
386 responsáveis pelo processo; eles acompanham o processo de coleta. **A SRA. MARIA**  
387 **ENCARNACION (CDS Leste):** Então, nos passem o nome deles porque ninguém  
388 consegue. **O SR. MARCELO BÓSIO (Secretário Adjunto da Saúde):** Sem problemas.  
389 Se o Conselho encaminhou, vou cobrar dos responsáveis, porque há responsável técnico.  
390 **Héverson,** quanto às novas residências na Região da Restinga. Quando assumimos, em  
391 abril do ano passado, a Secretaria da Saúde não acompanhava, nas instâncias de  
392 decisão, onde a gente pega a questão dos locais de contrapartida para constituir as  
393 unidades básicas de saúde. Tínhamos áreas destinadas a praças, a SMED levava alguma  
394 coisa e quando sobrava muito se encaixava lá a saúde. Desde a metade do ano passado  
395 começamos a participar ativamente de todos os processos e todos os empreendimentos  
396 que foram aprovados desde então já vêm com área para saúde. Em algumas  
397 contrapartidas temos a construção da unidade de saúde. Nesses locais que por ti foram  
398 referidos, temos tentado recuperar algumas áreas e temos tentado prever locais para  
399 unidades de contrapartida e outros empreendimentos que serão feitos na região. Também  
400 estamos preocupados com isso, temos um planejamento a respeito disso e creio que logo  
401 em seguida conseguiremos fazer a apresentação, para o Conselho, do mapeamento da  
402 Cidade, de todas as obras que estão em andamento, obras que têm construção prevista,  
403 locais e terrenos que estamos encaminhando para desapropriação ou estamos buscando  
404 terrenos para fazer construções, onde se consegue fechar o mapa da Cidade com a  
405 cobertura ideal de Saúde da Família ou UBS's, para podermos apresentar para o  
406 Conselho esse resultado, numa perspectiva que não é para 2011, mas há alguma coisa  
407 para 2012 e outras já vão ficar planejadas para 2013. Há um volume muito grande de  
408 obras e desapropriações de terrenos para 2011 e 2012. Tivemos algumas situações de

409 atropelo de agenda, conforme a Letícia mencionou antes, mas vamos trazer esse  
410 planejamento que já está praticamente finalizado. Também estamos fazendo um trabalho,  
411 pela própria questão do sistema de informação, que é uma questão de regionalização das  
412 unidades de saúde, por equipes de Saúde da Família ou por UBS's, prevendo nesse  
413 planejamento. Nas UBS's que tenham uma população acima de 16 mil, temos que quebrar  
414 essa população para termos, no máximo, 16 mil de população de referência para cada  
415 unidade de saúde. Vimos trabalhando nisso até para deixarmos referenciado junto ao  
416 sistema. Quanto à questão de termos famílias de Canoas e Viamão cadastradas no  
417 DEMHAB, quero dizer que vou encaminhar essa demanda ao DEMHAB para, depois,  
418 poder trazer uma resposta. **Senhor Gabriel**, quanto à questão dos estagiários, são os  
419 estagiários de fono, do IPA? **O SR. GABRIEL ANTÔNIO VIGNE (CDS Noroeste):** Não,  
420 de fisioterapia. **O SR. MARCELO BÓSIÓ (Secretário Adjunto da Saúde):** Vou verificar  
421 melhor a informação para poder lhe dar uma resposta, pois acho que não é bem isso.  
422 Quanto à questão do CEO/IAPI, tínhamos feito ainda no ano passado uma consulta ao  
423 GHC para ver se eles tinham interesse em assumir o CEO do IAPI. Depois, veio uma outra  
424 conversa que era trazer o CEO do GHC para dentro do IAPI. Ficava o CEO do IAPI e o  
425 CEO do GHC. Não era um substituindo o outro. Porém, a conversa não avançou. No  
426 entanto agora, como vão assumir a UPA da Zona Norte, eles têm interesse em investir  
427 naquela região. Já que o CEO do IAPI é referência daquela região, deveremos aumentar,  
428 inclusive, a negociação que estamos fazendo, a própria questão do Centro Humanístico  
429 Vida para fazermos o CEO do IAPI. Já houve uma manifestação formal, mas temos  
430 reunião agendada ainda este mês com a UFRGS porque há interesse em retomar o  
431 projeto deles. Assim, eles assumiriam o CEO IAPI e retomariam a questão da Vila dos  
432 Comercários também. Inicialmente eles deveria ter assumido o CEO da Vila dos  
433 Comercários, mas por problemas de prestação de contas do recurso, havia ficado uma  
434 questão pendente, até um tanto complicada de resolver. Agora, acordamos uma forma de  
435 fechar essa questão da prestação de contas e eles manifestaram o interesse de assumir o  
436 CEO da Vila dos Comercários, conforme estava previsto no projeto original e também têm  
437 interesse de assumir o CEO IAPI. Estamos discutindo isso com eles e assim que tivermos  
438 uma proposta mais concreta, prontamente será encaminhada ao Conselho Municipal de  
439 Saúde para sua apreciação e aprovação dessa demanda. Eles também estão  
440 encaminhando um projeto de construção do hospital odontológico, ali na sede da  
441 Faculdade de Odontologia. Temos trabalhadores que participam ativamente dos  
442 conselhos locais, conselhos distritais, do Conselho Municipal de Saúde e que também  
443 participam ativamente do processo de gestão da Secretaria. A Secretaria não tem  
444 condição, a cada intenção de realização alguma coisa, de vir debater com o Conselho. Em  
445 primeiro lugar porque a agenda fica quase impossível de administrar e, depois, porque a  
446 cada visita que fazemos aqui voltamos com um monte de pontos de interrogação, sem que  
447 saibamos responder. E não é uma questão de não valorização do Conselho, mas até por  
448 um processo de agilização temos trazido para o Conselho as coisas quando já temos uma  
449 posição mais concreta. Da mesma forma, o interesse do GHC em assumir o CEO IAPI,  
450 ficou na intenção e não passou disso. Nós poderíamos ter discutido aqui, o Conselho  
451 poderia ter aprovado e não seria concretizado. Tentamos agilizar esses processos, trazer  
452 a informação, porém as discussões demoram um tempo e a informação acaba circulando.  
453 Quero deixar claro que de forma alguma se trata de esconder alguma coisa do Conselho,  
454 mas a agenda do próprio Conselho tem uma demanda muito grande, assim como a  
455 Secretaria. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVIEIRA GARCIA (Coordenadora do  
456 Conselho Municipal de Saúde):** Próximos Informes. A respeito da Resolução do  
457 Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, que considera o  
458 conceito de vaga zero, Portaria 2048, do Ministério da Saúde, que permite que pacientes  
459 sejam entregues a hospitais – isto dito aqui pela Resolução – sem vagas. Isto deu muita

460 notícia nos jornais e rádios da nossa Cidade, inclusive o Conselho Municipal de Saúde foi  
461 chamado e acredito que a gestão também o será, para uma reunião com o Ministério  
462 Público Estadual, no próximo dia 27, para discutirmos em conjunto essa questão, inclusive  
463 com o Conselho Estadual de Medicina. O Marcelo também quer se manifestar a esse  
464 respeito. **O SR. MARCELO BÓSIO (Secretário Adjunto da Saúde):** Na verdade, o  
465 CREMERS tinha comunicado formalmente a decisão dessa Resolução nº 04/2011.  
466 Prontamente a Secretaria encaminhou um ofício questionando a base e os critérios que  
467 foram estabelecidos na emissão da Resolução, porque entendíamos que a questão  
468 necessitaria ter recebido uma melhor avaliação, no nosso entendimento, até por que  
469 questiona uma Portaria, a 2048, de 2002, do Ministério da Saúde, onde é instituída a  
470 questão da vaga zero. Se em 2002, quando foi publicada a Portaria, e até agora, não  
471 houve nenhum questionamento, em 2011 temos uma Resolução do Conselho Regional de  
472 Medicina sobre a matéria. Questionamos por que neste momento. O Conselho tem total  
473 autonomia para publicação de suas resoluções, dentro do que é prerrogativa do Conselho.  
474 O que questionamos não foi respondido e, hoje, fomos surpreendidos com uma publicação  
475 a pedido de uma nota, nos jornais de grande circulação de Porto Alegre, sobre essa  
476 questão da vaga zero. Ontem decidimos, e o próprio Estado também, não nos manifestar  
477 sobre isso, porque há uma instância que tem autoridade para fazer essas publicações e  
478 não iríamos fazer questionamentos sobre o que é possível ou não, até por que nos cabe  
479 cumprir determinadas regras. Quanto a isso, entendemos que o SAMU, pelo que vem  
480 realizando hoje, ele cumpre a legislação, cumpre a Portaria 2048 do Ministério e cumpre  
481 com os critérios estabelecidos aqui. Em determinados momentos, quando necessário,  
482 temos decretado vaga zero em Porto Alegre, por que não há como um paciente, dentro de  
483 uma ambulância do SAMU ou de outra ambulância, paciente grave, ficar batendo de porta  
484 em porta de hospital para ver quem pode prestar atendimento. Não podemos, de uma  
485 hora para outra mudarmos a rotina, pois vimos desenvolvendo uma série de ações. Este  
486 assunto tem sido discutido junto com a Secretaria de Estado e já foi encaminhado para o  
487 próprio Ministério para que seja tomada uma posição. Aí, o Ministério Público Estadual,  
488 por intermédio da Dra. Ângela Rottuno, fez uma publicação no próprio sítio do Ministério  
489 onde é abordada essa questão, deu entrevistas e se manifestou publicamente hoje  
490 também, já tendo marcado uma reunião, conforme a Letícia informou, chamando o  
491 Conselho e as entidades para discutir um pouco isso, as motivações, pois na própria  
492 matéria veiculada no sítio do Ministério Público ela coloca que é uma portaria de 2002,  
493 que instituiu a vaga zero e uma Portaria de 2011 dizendo que não é bem assim a questão  
494 da vaga zero. Só é possível quando há leitos disponíveis na instituição. Caso contrário,  
495 não é possível fazer. De qualquer maneira, uma coisa que nos preocupa como gestor do  
496 município é que não tenham prejuízo os usuários e não se exponham os profissionais  
497 médicos, porque isso acarreta diretamente aos profissionais médicos, principalmente os  
498 médicos reguladores da SAMU, uma questão de conflito ou processo ético junto ao  
499 Conselho ao não cumprirem uma determinação. Entendemos que não estamos  
500 transgredindo uma questão legal, mas acho que há aqui a própria questão de  
501 interpretação do que é colocado, que temos que discutir no Conselho para termos o  
502 entendimento, e para não haver prejuízo nem ao médico e que ele possa determinar isso,  
503 não porque queira, mas por necessidade de atendimento sem que haja prejuízo aos  
504 usuários, quando estão utilizando o Sistema. Aproveitando a oportunidade, quero falar  
505 sobre um outro informe que temos, que é o 8º Congresso Internacional da Rede Brasileira  
506 de Cooperação e Emergências que acontecerá nos dias 20, 21 e 22 de junho, segunda,  
507 terça e quarta-feira. Nos dias 20 e 21, será no Hotel Embaixador, e, no dia 22, será na  
508 Assembléia Legislativa, no auditório Dante Barone. O tema central é a Superlotação do  
509 Serviço de Urgência como Signo da Crise de Acesso e Qualidade do Sistema de Saúde.  
510 Portanto, penso que seja o momento importante para estarmos discutindo. Principalmente,

511 pelo momento em que vivemos a própria questão da superlotação. Vêm pessoas dos  
512 Estados Unidos, da Espanha, para falar que não é um privilégio de Porto Alegre, do Brasil,  
513 a superlotação. Não é um privilégio do SUS, porque as emergências privadas também  
514 estão todas lotadas e com mais dificuldades que o SUS para conseguirem leitos. Então,  
515 acho que é um bom momento para discutirmos numa ótica de direitos humanos a  
516 qualidade de serviços que são prestados. São temas bem importantes. Estarmos  
517 discutindo, especialmente, a questão da organização do sistema, da organização interna  
518 dos hospitais, da rede como um todo, os efeitos que isso tem e as possíveis soluções que  
519 trazemos. No dia 20 e 21, há inscrições para o Congresso, o dia 22 é aberto ao público,  
520 quando vai ser lançada uma campanha nacional sobre direitos humanos de atendimento e  
521 de emergência como propostas que se possam tirar encaminhamentos para a Conferência  
522 Estadual e Nacional como eixos de soluções para centrar no Plano Plurianual do Governo  
523 Federal. Já há algumas medidas no governo, como, por exemplo, hoje, na tripartite estão  
524 aprovando medidas para tratamento de urgência. Isso injeta dinheiro novo no  
525 financiamento. Que possamos ter um financiamento melhor na questão dos leitos clínicos,  
526 assim como a própria questão das emergências. Acho que é um assunto extremamente  
527 relevante para debatermos. Por isso, quem puder participar, que faça a sua inscrição. A  
528 inscrição está no, que é [www.rbce.org.br](http://www.rbce.org.br). Conselheiros funcionários públicos - como a  
529 Secretaria da Saúde é uma das patrocinadoras do evento – que queiram participar estarão  
530 isentos do pagamento da taxa de inscrição. Podemos também abrir vagas para  
531 conselheiros que tiverem interesse. Os conselheiros procurem diretamente no Gabinete,  
532 mais especificamente com o Sr. Marcelo Bósio. Estou abrindo esta possibilidade agora.  
533 Para os conselheiros que tiverem interesse em participar deste evento, vamos pedir a  
534 liberação da taxa de inscrição. RBCE significa Rede Brasileira de Cooperação e  
535 Emergências. Encaminhem o nome ao Conselho, e o Conselho repassa para a Secretaria  
536 para fazermos as inscrições. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA**  
537 **(Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):** Quero de reforçar que haverá uma  
538 caminhada sobre drogas, um compromisso com a vida. Todos os anos há uma caminhada  
539 pela vida e este ano será realizada no dia 19 de junho no parque Farroupilha, junto ao  
540 Monumento do Expedicionário. Estão todos convocados para lá estarem a partir das 9  
541 horas. Tenho um breve informe que ficou atrasado, mas todos os conselheiros devem  
542 recordar que, no dia 26 de agosto de 2010, quando avaliamos o Relatório de Gestão do 4º  
543 Trimestre Anual, rejeitamos o Relatório, e houve um compromisso do Conselho Municipal  
544 de Saúde de procurar o Ministério Público Estadual para gestionar a Secretaria Estadual  
545 da Saúde, principalmente a Secretaria da Fazenda, no que dizia respeito à condição do  
546 Município de Porto Alegre ser devedor ao Estado e estar no Cadastro de Inadimplentes. O  
547 Conselho Municipal fez o que prometeu, ou seja, foi ao Ministério Público Estadual onde  
548 fez uma representação e se instaurou um inquérito. Lá realizamos uma série de reuniões  
549 sempre com a presença da Secretaria Municipal de Saúde, na pessoa do Marcelo Bósio.  
550 A partir das reuniões, inclusive com o CADIM, com a Secretaria da Fazenda. O próprio  
551 Marcelo enviou ofício ao Conselho Municipal de Saúde e ao Ministério Público informando  
552 que o Município de Porto Alegre saiu da condição de inadimplente, ou seja, saiu do  
553 CADIM. Fez a prestação de contas com exceção de um valor, que o Marcelo depois pode  
554 explicar melhor, do recurso estadual relativo ao processo de Municipalização Solidária que  
555 não pode ser divulgado e prestado contas. **O SR. MARCELO BÓSIO (Secretário Adjunto**  
556 **da Saúde):** Fizemos uma devolução de 390 mil reais, que não conseguimos prestar  
557 contas, mas de qualquer maneira o recurso que era dos projetos da Municipalização  
558 solidária davam em torno de 3 milhões de reais. Então, destes 3 milhões, devolvemos 390  
559 mil. Este recurso segue para todas as demandas contempladas na Municipalização  
560 Solidária que estão andando e vão ser realizadas. Portanto, não houve nenhum prejuízo.  
561 Só que tivemos que devolver os 390 mil reais. De qualquer modo, tínhamos que

562 solucionar esta situação. Já começamos a receber os recursos do estado normalmente.  
563 Recebemos um mês. O segundo mês não fechou ainda, mas agora não é mais problema  
564 de CADIM. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do**  
565 **Conselho Municipal de Saúde):** Quero lembrar que o recurso liberado volta ao Fundo  
566 Municipal e tem que passar aqui no Conselho Municipal para definir. Então, *check-list*.  
567 Outro informe é que temos o retorno de duas auditorias. Os conselheiros receberam o teor  
568 deste documento por e-mail eletrônico, porque recebemos em papel, *escaneamos* e  
569 depois enviamos. São duas auditorias. As duas referentes à Estratégia de Saúde da  
570 Família. Sobre uma delas foi encaminhado o parecer do Ministério Público de Contas.  
571 Trata-se de uma Auditoria Operacional do Executivo ao Executivo. Vou ler um trecho, mas  
572 vocês receberam por e-mail este documento. (*Lê o documento.*) Há um prazo para  
573 Município se manifestar, que é o prazo de 60 dias, e, após esta manifestação do  
574 Município, o Relatório será concluído e disponibilizado no site do Tribunal de Contas do  
575 Estado para consulta de todos. Recebemos, no dia 27 de maio, e só agora vamos poder  
576 encaminhar a todos. O outro é um Acórdão do Tribunal de Contas da União relativo à  
577 Estratégia de Saúde da Família. Como vão receber, é importante que todos leiam  
578 atentamente, porque, além do Acórdão, há a descrição, que se chama histórico, que traz  
579 uma série de itens, num total 30 itens. Este documento foi apensado a um documento  
580 anterior que foi o que originou a representação que fizemos aqui sobre a Análise da  
581 prestação de Contas do Instituto Sollus e encaminhamos a todos os órgãos de controle.  
582 No item 28 diz o seguinte. (*Lê.*) De acordo com aquela auditoria do DENASUS, que dizia  
583 que o Município de Porto Alegre havia tomado as devidas providências de fazer a auditoria  
584 interna, mas que não impediu em ter o processo que ainda continua em Segredo de  
585 Justiça. E este documento que todos deverão ler posteriormente, está dando conta de  
586 todos os fatos que foram feitos. Então, isso aqui é trabalho do Conselho Municipal de  
587 Saúde fazendo a sua atribuição. Um rápido informe. Recebemos a visita – como todos  
588 devem lembrar, o conselho Municipal de Saúde faz parte da Articulação Brasileira contra a  
589 Corrupção e Impunidade, ABRAS, e entre estas entidades de que fazem parte, está o  
590 Instituto Ethos que é um Instituto de Empresa-Responsabilidade Social, na segunda-feira  
591 – do Sr. Matias, que é um dos representantes do Instituto Ethos e que veio a Porto Alegre  
592 a fim de compor um comitê. Porque existe um projeto desencadeado pelo Instituto Ethos,  
593 que é o Projeto Jogos Limpos, que trata de fazer o controle social a respeito de todos os  
594 recursos públicos utilizados para investimentos públicos nos megaeventos que  
595 acontecerão durante a COPA, que vai se realizar no nosso país. Portanto, o Conselho de  
596 Saúde de Porto Alegre está acompanhando esta discussão. Ontem, quarta-feira, houve a  
597 primeira reunião desse comitê. Não pudemos participar, mas estaremos presentes no dia  
598 12 de julho quando será a instalação do comitê propriamente dita. O Instituto Ethos está  
599 propondo uma ferramenta, que é de acompanhamento de todos estes investimentos de  
600 fiscalização. Então, acho importante o Conselho estar presente, já que compõe a  
601 Articulação. Depois vamos trazer mais detalhes. Hoje é só para informar. **O SR.**  
602 **HEVERSON VILLAR DA CUNHA (CDS Restinga):** Quero apenas uma informação a  
603 respeito das obras - como o Sr. Secretário informou – da municipalização que estão  
604 tramitando. Quero uma informação sobre isso. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA**  
605 **GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):** Estamos necessitando de  
606 uma prestação de contas da municipalização solidária. Pautando esse assunto  
607 poderíamos resolver o teu questionamento. Pode ser assim, para a próxima reunião do dia  
608 7, quando reservaremos uma parte da reunião para a discussão desse tema?  
609 (*Concordância do conselheiro Heverson*). Passamos para o ponto da nossa pauta que  
610 trata da subutilização dos recursos do Fundo Municipal da Saúde. **A Portaria 856, de abril**  
611 **de 2011** suspende a transferência de recursos financeiros do bloco de vigilância em saúde  
612 nos municípios com saldos superiores a doze meses. Estão presentes os Srs. Anderson

613 Lima, Coordenador-Geral da Vigilância em Saúde, e José Carlos Sangiovanni,  
614 Coordenador-Adjunto, que irão apresentar uma proposta desse investimento que a  
615 Secretaria terá de fazer, em 60% desses recursos que estão parados, que foram  
616 subutilizados, e que devem ser gastos. O José Carlos vai fazer a apresentação. **O SR.**  
617 **JOSÉ CARLOS SANGIOVANNI (Coordenador-Adjunto do serviço de Vigilância em**  
618 **Saúde):** Boa noite a todos. *(Faz a apresentação com auxílio do data-show)*. Dia 25 de  
619 abril desse ano foi publicada a Portaria a que a Letícia se referiu, com notificações a  
620 diversos municípios do Rio Grande do Sul, que tinham acúmulo de recursos da vigilância  
621 em saúde superiores a um ano, para que se fizesse a execução financeira de, no mínimo,  
622 60% desses recursos, para não terem os recursos bloqueados. A questão da subutilização  
623 que foi referida pela Letícia, muitos desses recursos que estão em caixa, no caso da  
624 Vigilância em Saúde nós temos dez milhões, de certa maneira eles já estão  
625 comprometidos no dia-a-dia e no próprio financiamento da vigilância em saúde. Eles estão  
626 na conta bancária, mas comprometidos para todo ano de 2011. O que é que o Ministério  
627 fez? Simplesmente olha que tem um saldo de conta, tem recurso financeiro superior aos  
628 doze meses, e baixa portaria de bloqueio. É dinheiro referente a AIDS, a vigilância em  
629 saúde, e por essa Portaria 856 esses recursos foram bloqueados. Para o desbloqueio  
630 desses recursos o próprio Ministério estabeleceu as regras: todo planejamento para uso  
631 desses recursos o gestor já tinha uma ideia, em 2010, quando assumimos, e também o  
632 próprio Plano Municipal de Saúde, o Plurianual e os planos de contingência que envolvem  
633 a vigilância, ou seja, o destino para esses recursos já estava pré-planejado para o devido  
634 uso. O grande diferencial é que, por esse bloqueio, tivemos a necessidade de fazer a  
635 justificativa e encaminhar para esse Conselho Municipal de Saúde todos os passos que  
636 fizemos. A grande diferença é ter todas as notas de empenho em fase de liquidação, que  
637 comprovem esses recursos. Temos o planejamento, temos o PL (Pedido de Liberação),  
638 que demonstra que esses recursos estão em caixa e que estão reservados para uso,  
639 empenhados, que é a parte final antes do pagamento para o prestador. Então, o Ministério  
640 da Saúde não quer simplesmente o planejamento, o PL, ele quer o empenho. Fazendo  
641 uma analogia grosseira é como se fosse um cheque pré-datado. Temos toda relação  
642 desses empenhos, que comprovam esses 60% de recursos, mais os pagamentos que  
643 foram efetivados após a data de verificação desse saldo bancário, que embasou a Portaria  
644 do dia 25 de abril, os processos licitatórios e os próximos processos licitatórios que  
645 tínhamos de recursos administrativos ou judiciais, que não teve nenhum. Um desses  
646 processos licitatórios importantes para nós é a contratação dos agentes de endemia da  
647 dengue, que anexamos para a avaliação do Conselho, onde o montante de recursos beira  
648 a três milhões. Ou seja, três milhões desses dez milhões são destinados aos agentes de  
649 endemia, e o edital foi feito, publicado e está anexado. Então, devemos encaminhar esse  
650 formulário, com a avaliação do Conselho Municipal de Saúde, com aprovação dessa  
651 plenária, em até setenta dias. Esse foi o grande desafio, fazer toda execução financeira de  
652 um ano, para justificar o desbloqueio desses recursos, nesses setenta dias. A publicação  
653 da Portaria foi dia 25 de abril. Estamos no dia 16 de junho. Encaminhamos para a SETEC  
654 (Secretaria Técnica) do Conselho Municipal de Saúde na semana passada, que  
655 prontamente atendeu, avaliou o quantitativo de empenhos, gastos por gastos do dia-a-dia,  
656 os gastos para a reforma do prédio, ampliação de frota, para a reestruturação da  
657 informática, os gastos para o sistema de informação que queremos fazer. Tudo isso foi  
658 analisado com detalhe, com o Pedido de Liberação já aprovado pelo financeiro da SMS,  
659 que trabalhou muito, trabalhou arduamente, e com o empenho já aprovado no portal de  
660 gestão do PMPA. Na semana passada, dia 8 de junho, entregamos para esse Conselho. A  
661 Heloísa, da SETEC, nos solicitou mais algumas informações, que encaminhamos, e está  
662 pronta a utilização desse recurso, com a justificativa, os empenhos necessários estão  
663 anexados ao processo, que perfazem o montante de 6 milhões e 72 mil reais, que

664 representa 60% dos recursos bloqueados. Em fase de liquidação são 3 milhões e 254 mil  
665 reais, para diversos serviços. Para vocês terem uma idéia, o Ministério verificou os  
666 recursos de 10 milhões, e os pagamentos efetuados após essa verificação perfazem um  
667 total de 2 milhões, 854 mil reais, para pagamento dos agentes de endemias, pagamento  
668 de serviços terceirizados, pagamento de carros locados, pagamento de insumos, que é o  
669 dia-a-dia. Estavam na conta mas já estavam comprometidos, como acontece com o nosso  
670 salário no final do mês, quando recebemos os nossos salários com certeza na metade do  
671 mês grande parte dele já foi comprometido com as despesas do dia-a-dia. E os processos  
672 licitatórios em andamento, que correspondem aos 3 milhões e 102 mil reais, são para os  
673 contratos dos agentes de endemia, agora em maio entraram com contrato para dezoito  
674 meses, que foi o que nos comprometemos nesse conselho a fazer, de acabar com os  
675 contratos de quatro em quatro meses, e conseguimos fazer contrato de dezoito meses, o  
676 que ainda não é o ideal, e a próxima contratação já será feita via IMESF, para a Estratégia  
677 da Família, para acabar com essa falta de continuidade que existia. Para finalizar quero  
678 dizer que todos os empenhos, e são muitos, foram avaliados pela Secretaria Técnica  
679 desse Conselho, com o detalhamento de cada despesa. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE**  
680 **OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde):** Marcelo. **O SR.**  
681 **MARCELO BÓSIO (Secretário Municipal Adjunto da Saúde):** Apenas para  
682 complementar o que o José Carlos falou: na verdade a conta foi bloqueada porque  
683 estávamos com R\$10.121.286,49. E nessa comprovação de gastos, que teria de ser 60%  
684 o que dá mais ou menos 6 milhões, há uma contratação de R\$9.212.059,93. Então,  
685 estamos comprovando um gasto de mais de 90% dos recursos que estavam na conta, e  
686 que, na realidade, tinham comprometimento com ações que já vinham sendo  
687 desenvolvidas. Como não somos obrigados a fazer a prestação de contas do  
688 comprometimento, fazemos a prestação de contas dos recursos gastos, o Ministério  
689 simplesmente olhou o valor que estava na conta, passaram-se os doze meses e foram  
690 bloqueados, mas na verdade já há o comprometimento de mais de 90% desses recursos.  
691 **O SR. ANDERSON LIMA (Coordenador Geral de Vigilância em Saúde):** Ainda temos  
692 projetos que perfazem mais R\$3.156.000,00, que não estão em fase de empenho e que,  
693 portanto, não puderam aparecer nesta justificativa. Esses recursos estão expressos numa  
694 campanha de mídia para combate e prevenção à dengue, mais um valor de 984 mil reais  
695 que será para um programa de combate à dengue, que se chama dengue mobile, que  
696 serão os agentes usando um receptor *in loco* que é para fazer a pesquisa da presença do  
697 vetor, vamos fazer PCR do mosquito para poder saber antes de as pessoas ficarem  
698 doentes qual o vírus que vai estar circulando. Ainda há um valor de 530 mil reais para  
699 reforma e recuperação estrutural da sede da Vigilância, que nos últimos oito anos não  
700 sofreu nenhum reparo, nenhuma reforma. Chove na sala da coordenação. Atrás tem uma  
701 área que está bem comprometida e, como não estava em fase de liquidação ou de  
702 empenho, e como existe o projeto, colocamos aqui para orientação do Conselho.  
703 Obrigado. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do**  
704 **Conselho Municipal de Saúde):** Como o processo veio com tempo escasso não  
705 encaminhamos para a SETEC, que é a Secretaria Técnica, e, sim, à nossa assessora  
706 técnica, que é a Heloísa Alencar. Então, foi elaborado o parecer de que vou fazer a leitura  
707 agora e que está dentro do envelope, pois foi disponibilizado para todos os conselheiros.  
708 Depois da leitura do parecer, vou abrir para as considerações. (*Lê Parecer.*) (*Após a*  
709 *leitura*). **A SRA. MARIA ENCARNACION MORALES (Conselho Distrital de Saúde**  
710 **Leste):** Eu só quero saber se estes dois milhões e pouco da PROCempa estão dentro  
711 daqueles 22 milhões? **O SR. HÉVERSON LUIS VILLAR DA CUNHA (Conselho Distrital**  
712 **de Saúde Restinga):** São cinco perguntas bem fáceis. Está incluído juro neste dinheiro  
713 aqui? Porque faz um tempo que recebeu e um tempo que foi depositado. Neste total de  
714 dez milhões está incluído juro? E o juro está sendo aplicado em saúde? Aqui no meio há

715 várias rubricas diferentes. Pode gastar o dinheiro que veio em rubricas diferentes? Há de  
716 tudo um pouco misturado ali dentro. Isso está legal, isto está normal? Chamou-me a  
717 atenção isso. Porque o governo é excessivamente burocrático. E aí pode gastar a rodo.  
718 Contrato da COPAL e da PROCEMPA: novamente vamos voltar a questão dos contratos  
719 neste Conselho. Eu não sei quando foi assinado, quem é o prestador. Pelo jeito o  
720 prestador é a COPAL. Quanto é, o que faz, o que não faz? Eu não sei. Então, já tenho  
721 uma dificuldade em assimilar este negócio. Eu não sei o que é isso. Preciso saber. Até  
722 porque, no relatório sobre a dengue, a Zona Sul/Extremo-Sul desapareceu, não há dado  
723 nenhum epidemiológico daquela região, é só do morro para cá e mais um pedacinho e o  
724 resto sumiu. Não há mosquito, não há lago, não há piscina, não há nada naquele lado de  
725 lá. Eu vou tentar não ficar brabo. Este ponto é o mais crítico de todos. Estou há três anos  
726 na Comissão Municipal daqui sobre o negócio da AIDS. Nós nos agarramos a tapa por  
727 causa de mixaria para abrir um SAE. E há 2 milhões e 200 mil parados lá rendendo juro.  
728 Espero que não seja o mesmo dinheiro, mas estou desconfiado que é. Nós pegamos o  
729 Planejamento e o Planejamento disse que um dia vai sair. E não sai! Disseram-me que na  
730 Programação Anual de Saúde, tal de PAS, já está terminando o primeiro semestre, e eu  
731 não vi este negócio aqui ainda. Quer dizer, 2 milhões e 200 parados, e a população  
732 morrendo do outro lado do morro. Distrito de saúde, professor, onde mais morre gente  
733 com AIDS em Porto Alegre se chama Restinga/Extremo Sul. Eu sei que vocês têm  
734 competência naquele lugar lá. A tranqueira está noutra lugar, mas pelo amor de Deus, não  
735 dá né? Por fim, o senhor falou em frota e eu não vi nenhum carro aqui no papel. Quero  
736 que o senhor me explique que frota e que ampliação de frota é esta. Onde é que está  
737 aqui, porque não vi. Eu recebi a Portaria 856, que diz que Porto Alegre deveria aderir ao  
738 pacto de saúde. Na nossa conferência regional, eu perguntei ao nosso conselheiro Oscar  
739 se Porto Alegre aderiu ao pacto de saúde. Nós colocamos lá como diretriz na conferência:  
740 Porto Alegre deve aderir ao pacto de saúde. Vou prestar conta de uma coisa que não é a  
741 realidade do Município. **O SR. OSCAR PANIZ (Vice-Coordenador do Conselho**  
742 **Municipal de Saúde):** Eu li tudo e fui no detalhe de todo o processo. Eu só queria que nós  
743 recebêssemos uma cópia do processo deste projeto de 980 mil. Esse monitoramento eu  
744 acho um avanço, só que eu gostaria de conhecê-lo. E sobre a questão da PROCEMPA,  
745 que está aí, casualmente é o processo de informatização, e está plenamente correta a  
746 questão da vigilância, porque há coisas que estão na idade da pedra. Eu penso que  
747 teríamos que receber o projeto deste equipamento. **A SRA. HELOISA ALENCAR**  
748 **(Assessora Técnica do Conselho Municipal de Saúde):** Eu me inscrevi não para  
749 perguntar, mas para fazer um comentário, a partir de um ponto que percebi na fala do  
750 José Carlos. Eu quero dizer que este processo chegou no ponto a que chegou, não só  
751 pelo problema da forma como são feitos os repasses, que é difícil, que é engessada, que  
752 é burocrática. Sabemos que há uma parte que tem um pouco disso, mas acho que o  
753 Ministério, finalmente, tomou uma atitude que há muito tempo devia ter tomado. Acho que  
754 isso não é só em relação à Vigilância pelo que estamos percebendo e ouvindo, é que  
755 outros municípios estão com os seus recursos bloqueados em outras áreas. Então,  
756 finalmente, o Ministério da Saúde resolveu cuidar de uma parte que lhe cabe, que é a do  
757 recurso que ele repassa e que não é utilizado como deveria ser. Por isso, é louvável o que  
758 aconteceu. Graças a isso, inclusive, a Secretaria teve que tomar uma atitude, que é a de  
759 gastar o dinheiro que está lá, executar o plano que está lá, porque isso não é um problema  
760 só dos técnicos da vigilância, mas é um problema geral da forma como a Prefeitura  
761 centraliza a decisão e a execução orçamentária de todo recurso. Então, o dinheiro está  
762 ficando a cada ano, porque há uma parte que está empenhada que vai ser gasta, mas que  
763 aparece no cheque pré-datado. Não é bem assim! Porque se fosse assim, no final do ano  
764 não aumentava este dinheiro. A cada ano só vemos aumentar, aumentar. Quer dizer que a  
765 cada ano o problema aumenta também. A dificuldade de gastar aumenta. Acho que isso

766 que aconteceu é louvável. Temos finalmente uma proposta concreta de execução,  
767 estamos enxergando o que se está propondo gastar. Algumas coisas sabemos bem,  
768 outras talvez precisamos de explicação. Algumas coisas são explicadas aqui, mas às  
769 vezes os conselheiros esquecem. O conselheiro que me antecedeu esquece um pouco as  
770 coisas que são explicadas aqui. A parceria da COPAL já foi explicada aqui em cada  
771 relatório de gestão na Ilha do Marinho o que é. Mas não custa nada explicar de novo  
772 para quem não está lembrando do que se trata. Eu quero só fazer um registro sobre isso  
773 dizendo que esta é uma demonstração de estar a gestão funcionando. Por que o  
774 Município não assinou o pacto de gestão é uma outra pergunta, mas acho que,  
775 independente disso, mesmo que tivesse assinado o pacto, o gestor federal tem a  
776 obrigação de controlar o recurso que é repassado para que ele seja efetivamente  
777 executado. **A SRA. MARIA IVONE DILL (Conselho Distrital de Saúde Leste):** Ao meu  
778 ver, foi muito importante esta apresentação. Só fiquei com o pé atrás com o material  
779 cirúrgico e de laboratório. Não sei se fazem cirurgia lá. É a única dúvida. **HAMILTON**  
780 **PESSOA DE FARIAS (SIMPA):** Boa noite. O que me chamou mais atenção é que aqui  
781 coloca-se “equipamentos de informática, 386 mil; PROCEMPA, dois milhões e 375 mil; e  
782 monitoramento inteligente, 984 mil”. Fiz uma conta por cima e isso dá em torno de 3  
783 milhões e 700 mil. Isso tudo é jogado praticamente na mesma área, porque  
784 monitoramento inteligente vai para a área da informática, equipamentos de informática, e a  
785 PROCEMPA, todas coisas interligadas, mas fica difícil de se ter uma ideia para a razão  
786 disso, quando é colocado de maneira genérica, como aqui. A conta da PROCEMPA, de  
787 dois milhões e 375 mil, deveria ser detalhada, mas fica tipo aquilo “abra a boca e toma.”  
788 Acho que não dá para a gente dar um parecer dizendo que “está legal”, desse jeito. **A**  
789 **SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal**  
790 **de Saúde):** O José Carlos vai responder. **O SR. JOSÉ CARLOS SANGIOVANNI**  
791 **(Coordenador Adjunto de Vigilância em Saúde):** Vou começar pela questão da  
792 informatização. Esse não é um processo de valor exorbitante sem encaminhamentos  
793 anteriores, o que foi feito aqui nesse Conselho. Logo que assumimos a Vigilância, em abril  
794 de 2010, viemos aqui para aprovar a CIB da Vigilância Sanitária, que desdobrou várias  
795 ações necessárias para a vigilância sanitária, com a utilização de recursos e com isso  
796 conseguimos pleitear um financiamento de quarenta, cinquenta mil reais a mais, que  
797 estava parado desde 2007 na Prefeitura de Porto Alegre, e um dos eixos era todo um  
798 sistema de informatização para a Vigilância e Saúde, onde, em abril de 2010, se tinha o  
799 indicativo somente para a Vigilância Sanitária que, juntamente com a Epidemiológica e  
800 com a Ambiental, faz parte da vigilância em saúde, de oitocentos e poucos mil reais. Se  
801 agregou agora a Vigilância Epidemiológica, e se quer fazer um sistema de informação,  
802 que é um dos grandes projetos da Secretaria Municipal de Saúde, e é por isso que o  
803 montante aumentou para dois milhões. E isso pressupõe notificação de doenças  
804 compulsórias, interligação com a rede básica, interligação com os prestadores de serviços.  
805 Isso está dentro do montante dos 60%, que são os seis milhões. O dengue mobile é um  
806 sistema de tecnologia única, utilizado em Minas Gerais e em algumas cidades do Brasil,  
807 pressupõe o uso de um tipo de telefone celular por todos os agentes de endemias e a  
808 colocação de armadilhas. Até então descobre-se que as pessoas estão com dengue  
809 quando alguém adocece, e sabemos quando há circulação viral no município quando essa  
810 pessoa não viajou, o que é um caso autóctone. O grande diferencial, e tem realmente um  
811 custo elevado, é a colocação de armadilhas, estatisticamente aceitas, por toda cidade,  
812 para tentar detectar a circulação viral. E todos os nossos agentes de endemias utilizarem-  
813 se desses equipamentos, onde eles fazem a vistoria, o levantamento rápido de índices, o  
814 dia-a-dia da dengue, e passam a informação que vai direta para a base, que é a vigilância  
815 em saúde. Esse está em projeto ainda, não está empenhado, e está fora do montante dos  
816 60% que a gente tem que mostrar o empenho, tem que mostrar o gasto para não perder

817 os recursos bloqueados e os recursos financeiros. Outro valor que foi falado, em torno de  
818 trezentos, ou quatrocentos mil reais, é para hardware, impressoras, micro-computadores,  
819 *lep-tops*, equipamentos com data-show, na própria vigilância em saúde, para a reposição  
820 de alguns equipamentos que não se faz a substituição há cinco, oito, dez anos, e uma  
821 renovação de parque tecnológico. O que está nos 60% são recursos repassados para a  
822 PROCEMPA, para o sistema de informação da vigilância em saúde. Quanto à COPAL é  
823 um projeto que remonta à retirada dos suínos da Ilha Grande dos Marinheiros. Houve um  
824 trabalho realizado em 2005, ou 2006, onde um grupo de moradores das ilhas foi  
825 capacidade para a interação com o meio ambiente, com a vigilância ambiental, e foi feito  
826 convênio com a Prefeitura de Porto Alegre. Passaram-se cinco anos desse convênio, não  
827 pode ser mais renovado, e amanhã faremos uma carta para a rescisão. Esse convênio  
828 com a COPAL foi importante, e é em torno de 23 mil reais/mês. Quanto à questão de  
829 materiais cirúrgicos: temos um canil municipal com centro cirúrgico, onde se fazem  
830 esterilizações, se compra anestésicos, materiais para sutura, e isso é no dia-a-dia.  
831 Acredito que a criação da secretaria dos direitos dos animais será em grande ganho para  
832 a Secretaria Municipal de Saúde. Mas, isso ainda está em discussão. Hoje utilizamos  
833 recursos para fazer cirurgias nos animais, está dentro da zoonose, portanto dentro da  
834 vigilância em saúde. Em relação aos juros: a conta é aplicada, como é permitido pelo  
835 Ministério da Saúde, e esses juros estão embutidos nos 10 milhões e 300 mil reais. O que  
836 a Heloísa falou é verdade. Fico muito feliz, e trabalhamos muito, corremos muito, mas  
837 conseguimos colocar diversos projetos da vigilância, no final do ano passado, no início  
838 desse ano, com as demandas que temos no nosso dia-a-dia, com a pressão que sofremos  
839 e se não tivéssemos esse “rabo de foguete” pressionando para se fazer em setenta dias,  
840 alguns desses projetos não aconteceriam. O prédio está com infiltrações, rachaduras, com  
841 patologia estrutural, e tem de ser recuperado. Quanto à questão da renovação da frota,  
842 nós temos frota locada na vigilância sanitária, que é paga com recursos da vigilância; e  
843 temos camionetes, carros pequenos, que foram comprados em 2001/2002, para alguns  
844 desses carros eu fui o ordenador de despesas em 2001, ou seja, veículos com dez anos  
845 de uso. Estamos também utilizando uma prerrogativa do agente de fiscalização, porque  
846 dentro do concurso dos novos agentes de fiscalização eles têm a prerrogativa de dirigir,  
847 então estamos ampliando frota, com o agente de fiscalização dirigindo. Para a vigilância  
848 em a saúde a frota é fundamental, porque ela se capilariza por toda cidade, faz vistoria em  
849 toda cidade, faz busca ativa de pacientes, recolhimento de amostras. É uma frota que  
850 mais anda dentro da prefeitura. Para nós investirmos em qualificação de frota, renovação  
851 de frota, dando baixa em alguns veículos, que já estavam sucateados, repassando para  
852 outros setores da SMS veículos que ainda possam ser úteis, e podendo ter uma frota que  
853 terá uma vida útil de mais dez, doze anos, é um bom investimento para a prefeitura de  
854 Porto Alegre. **O SR. MARCELO BÓSIÓ (Secretário Municipal Adjunto da Saúde):**  
855 Quero apenas complementar uma informação: estamos falando de recursos da Vigilância  
856 em Saúde. O que estamos aplicando aqui está dentro das prerrogativas que envolvem  
857 questões da Vigilância em Saúde. É o segundo ano que temos casos autóctones em Porto  
858 Alegre, é o segundo ano que conseguimos bloquear uma possível epidemia, só que não  
859 podemos arriscar um terceiro ano, porque poderemos ter milhares de casos de dengue.  
860 Essa tecnologia do dengue mobile é uma questão importante para fazermos, só que não  
861 podemos ficar pagando um milhão de reais por ano pelo serviço. Então, temos de investir  
862 em tecnologia própria. Tivemos um problema sério, e foi relatado no Conselho, quanto à  
863 execução orçamentária, e os saldos bancários que ainda existem remontam a esse  
864 problema de execução orçamentária. Houve problemas internos na Secretaria e  
865 problemas na Prefeitura. Hoje, conseguimos ter um comprometimento dos recursos num  
866 patamar mais aceitável, o que ainda não é o ideal. Os processos de licitação, de novas  
867 obras, de programas que estão avançando, têm um tempo para acontecer. Na área da

868 vigilância conseguimos avançar, já temos um comprometimento maior. Algumas coisas  
869 que deveriam ter sido executadas não foram e estamos tentando fazer o melhor uso do  
870 recurso, o que implica qualidade dos serviços no atendimento à população. Na questão  
871 específica da vigilância devemos investir em tecnologias e ferramentas que possam  
872 ampliar o leque de atuação da vigilância. Com o perfil que tem a vigilância devemos  
873 investirmos pesado na questão da tecnologia, de monitoramento, avaliação, sistema  
874 informatizado, controle. Em todos os processos de liberação de alvarás, hoje, o controle é  
875 manual, com anotação em cadernos, e não há a menor condição de permanecermos com  
876 esse sistema. Investir no melhoramento, nesses fluxos de processos internos, é  
877 absolutamente necessário. Em 2003, quando saí da coordenação da Vigilância, junto com  
878 o José Carlos, tínhamos um processo detalhado da informatização da Vigilância. Hoje  
879 estamos recuperando e vamos fazer o mesmo processo. Tivemos oito anos onde  
880 poderíamos ter tido ganhos com esse investimento, com um valor menor na época. Temos  
881 pouco tempo e temos de correr para que isso aconteça e não percamos mais esse tempo  
882 para o investimento nessas tecnologias. A questão do pacto da saúde, que o Héverson  
883 colocou, o processo está no Conselho, chegou nos últimos dias para ser avaliado. Quando  
884 assumimos ano passado foi num momento em que havia uma definição da ASSEDISA  
885 onde nenhum município do Rio Grande do Sul, e nem o Estado do RGS iria assinar o  
886 pacto da saúde. Entendemos os processos sobre o que estava acontecendo, e no final do  
887 ano encaminhamos o que deveríamos fazer, só que existe uma série de requisitos, de  
888 preenchimento de planilhas, dados que devem ser lançados, e teve algum tempo para  
889 acontecer. Tivemos alguns problemas na execução, o que também é verdade, não é  
890 simplesmente uma decisão dos municípios em não aderir, mas, hoje, conseguimos  
891 finalizar o processos, que veio para o Conselho tomar ciência, avaliar todos os indicadores  
892 que ali estão lançados, para que possamos encaminhar essa questão do pacto da saúde.  
893 Também temos interesse nisso. Quanto à questão do recurso da AIDS quero dizer que  
894 está voltado para a questão da vigilância em saúde, não especificamente para o  
895 atendimento da população. Para finalizar quero me referir um pouco sobre o que a Heloísa  
896 colocou. É extremamente importante o Ministério tomar a atitude que está tomando. Acho  
897 que ele tem mesmo é que cobrar. Há situações em que nós somos cobrados sobre  
898 determinadas coisas e penso que são cobranças que deveriam ser melhor qualificadas.  
899 Acredito que este tipo de cobrança de olhar os recursos é importante, porque a própria  
900 execução financeira indica que realmente está sendo executada alguma coisa. Claro que  
901 temos que olhar como ela é executada. E temos que acompanhar muito bem e de perto,  
902 porque simplesmente sair o dinheiro não é a solução. Temos que ver onde ele é  
903 executado. Tem que haver este acompanhamento. É claro que muitas vezes o Ministério  
904 também acaba nos cobrando, o que não é o caso da Vigilância, mas em outras políticas, o  
905 resultado de uma execução que vai ser anunciada em Brasília. Com isso, às vezes, não  
906 concordamos. Porque não se faz uma política que seja padrão ao nível nacional e é  
907 cobrada sem respeitar a questão local. Mas este não é o caso da Vigilância, porque a  
908 cobrança houve no sentido de que deveria ter sido executada. Estas medidas são muito  
909 saudáveis no sistema de saúde, porque falo de uma cobrança em relação ao próprio  
910 gestor, porque realmente temos que olhar mais de perto isso. Temos que cobrar  
911 permanentemente isso que o Ministério Público faz, o que o Conselho faz, o que o  
912 Tribunal de Contas faz. Isso é extremamente importante. Porque onde temos esferas  
913 públicas ou mesmo não sendo públicas, como os conselhos de um modo geral e, no  
914 nosso caso, o Conselho Municipal de Saúde, que é atuante, nos cobrando, faz o gestor ter  
915 uma postura diferente. Isso tem uma repercussão interna diferente em qualificar o seu  
916 processo de gestão e os seus processos de trabalho. Já dissemos isso outras vezes, mas  
917 é bastante importante termos esta postura, porque nos qualifica e nos lembra porque não  
918 é feita tal coisa. O universo de ações é grande, mas acredito que temos que investir em

919 tecnologia, investir em processo de trabalho, para que possamos acompanhar tudo isso  
920 de perto. E assim prestarmos conta e darmos retorno à população do que lhe é devido.  
921 Não só uma prestação de contas do que feito, de errado, mas sobre os serviços de  
922 qualidade que o gestor presta à comunidade. **A SRA. DEJANIRA CORREA DA**  
923 **CONCEIÇÃO (CDS Restinga):** Quero tirar duas dúvidas. Primeira: onde é o canil  
924 municipal e se ele cobra o atendimento? E a segunda é se um cachorro é atropelado na  
925 avenida, não tem dono, é um cachorro de rua, eu deixo o bichinho lá sofrendo ou eu  
926 chamo a zoonose, o canil municipal, eles atendem? **O SR. HÉVERSON LUIS VILLAR DA**  
927 **CUNHA (CDS Restinga):** Não está claro para mim, Secretário, se vai sair dinheiro e  
928 quanto é que vai sair da caixinha 4740 de incentivo ao programa DST/AIDS. Não está  
929 claro para mim quanto é que vai sair desta caixinha e se é dinheiro federal, previsto para o  
930 PAM. Nós discutimos o PAM, mas a metade dele não foi executada. A Prefeitura de Porto  
931 Alegre, na sua contrapartida, botou 40 mil reais para 2011. **O SR. MARCELO BÓRIO**  
932 **(Secretário Adjunto da Saúde):** Deixa eu responder à Djanira e depois respondo ao  
933 Héverson. A questão da zoonose, primeiro, o serviços que são executados lá não são  
934 cobrados. Antes fazíamos apreensão de animais. Como, por exemplo, a pessoa havia  
935 abandonado o animal na rua, nós apreendíamos e depois ela vinha recuperá-lo, daí  
936 cobrávamos uma taxa no valor de dois ou três reais de diária. Mas os outros serviços não  
937 são cobrados. Qual é o problema que temos hoje? O Centro de Zoonose, como está  
938 colocado hoje na área da saúde, ele não atende a uma questão de bem-estar animal, no  
939 sentido de tratar os animais e devolvê-los como doação ou simplesmente cuidá-los.  
940 Tínhamos ações de vigilância em que os animais voltavam por uma ação de controle de  
941 população animal com o viés de saúde pública. Então, onde envolvia a saúde pública  
942 humana que tinha uma questão de animais, nós intervínhamos neste processo. O que  
943 estamos discutindo, que não é só daqui, mas de nível nacional, é uma tendência, pois  
944 acho que Porto Alegre avançou neste processo, está-se criando uma Secretaria que é dos  
945 direitos dos animais, que visa o bem-estar dos animais. Então, vai-se fazer desde  
946 castração, pois haverá uma clínica médica veterinária para que os animais atropelados  
947 possam fazer tratamento, encaminhá-los para adoção. E todo o outro viés, que não é mais  
948 dentro da saúde, são recursos, inclusive em que a própria Prefeitura quer propor: um  
949 fundo municipal de bem-estar animal ao qual empresários ou qualquer pessoa que queira  
950 doar, vão doar recursos que serão utilizados para este fim. Esta nova metodologia é  
951 incompatível com os recursos que recebemos da Vigilância. Continuamos fazendo  
952 bloqueios vacinais. O que vai ficar com a parte da saúde vai ser a parte de controle de  
953 vigilância epidemiológico. Então, há o controle da raiva, a questão de mordeduras, outras  
954 doenças de zoonoses que continuam com o controle epidemiológico. A parte do canil e a  
955 parte da estrutura de atendimento para castração vão para a nova secretaria. Por isso,  
956 acabamos fazendo uma divisão deste processo, porque há um outro viés que está  
957 compatível com a realidade que temos, que é a questão do bem-estar e do cuidado dos  
958 animais. Temos muitas coisas para avançar. Isso vai ter um reflexo na questão do controle  
959 epidemiológico e da saúde humana também. O canil é na Lomba do Pinheiro, atrás do  
960 Parque Saint Hilaire em Viamão. É por isso que às vezes há contas aqui de água, porque  
961 lá pagamos água para a CORSAN, pois é de Viamão. O Gérson teve que representar o  
962 secretário em um evento agora à noite, mas quero dizer que os recursos da AIDS ficaram  
963 retidos juntos, porém não são os recursos que estamos colocando aqui. O recurso que o  
964 Héverson fala do vínculo 4740, que é do incentivo do Programa DST/AIDS, em que  
965 tínhamos um saldo, em 30/06, de 2 milhões 162 mil reais. Vai sair o recurso. Tem um valor  
966 de empenho que está colocado aqui, que é de aquisição de passagens aéreas, toda a  
967 parte de ONG's, DST, PAM que vai sair. Não está especificado aí no meio, mas vai sair. O  
968 Conselho, quando fez o parecer, sabiamente ele não detalhou todas as notas de empenho  
969 porque era quase impossível fazer isso. **A SRA. HELOISA ALENCAR (Assessora**

970 **Técnica do Conselho Municipal de Saúde):** Este que já foi empenhado, que está em  
971 fase de liquidação, que está ali escrito no primeiro item do parecer, todas as diárias e  
972 passagens que estão referidas ali, é do Programa da AIDS, deste 4740 que tu estás  
973 falando. Além de uma compra que eu não me lembro quanto é de um gel lubrificante,  
974 preservativo e estas coisas também estavam aí. Agora, é que o projeto deles não detalha  
975 para frente tudo. Detalha para trás o que já foi gasto de maio até agora. Só nisto eles já  
976 gastaram 60%, de 31 de dezembro. Então, é isso que na verdade eles estão  
977 comprovando. Estão comprovando ao Ministério 60% daquele saldo que tinha; em  
978 31/2012 já está comprometido. Agora, o que tem para frente eles não detalharam no  
979 parecer. Certo, Héverson? Mas o dinheiro que tu estás colocando está incluído no bloco  
980 da vigilância. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do**  
981 **Conselho Municipal de Saúde):** Os conselheiros estão devidamente esclarecidos para  
982 procedermos à votação? *(Aqui escência da Plenária.)* Em votação a Justificativa da  
983 utilização dos 60% dos Recursos do Bloco Vigilância em Saúde do Município de Porto  
984 Alegre. Os(as) Conselheiros (as) que aprovam se manifestem levantando o crachá.  
985 *(Pausa.)* **25 votos a favor.** Os(as) Conselheiros(as) que não aprovam se manifestem  
986 levantando o crachá. *(Pausa.)* **Nenhum voto contrário.** Abstenções? **02 abstenções.**  
987 **APROVADA por 25 votos a Justificativa da utilização dos 60% dos Recursos do**  
988 **Bloco Vigilância em Saúde do Município de Porto Alegre.** Para encerrar, quero fazer  
989 um comentário, porque na verdade eu fiz todos os informes voando. Quero lembrar que  
990 são duas coisas que estão ocorrendo, principalmente com os pareceres que vieram do  
991 Ministério Público de Contas e do Tribunal de Contas da União que mostram que o  
992 Conselho tinha razão em todas as questões que levantou. Em decorrência disso, estamos  
993 aqui hoje aprovando o gasto dos recursos, o que tanto criticamos, e inclusive muitas vezes  
994 reprovamos o Relatório de Gestão. Um dos quesitos que colocávamos era este, ou seja,  
995 sobre a utilização dos recursos. Na verdade, no mesmo dia em que demos conhecimento  
996 ao Conselho e reconhecimento do que fizemos fiscalizando os recursos da saúde, o  
997 gestor, como o Marcelo referiu anteriormente, está gastando e qualificando a sua ação, ou  
998 seja, utilizando os recursos da saúde. Nós continuaremos, certamente, fiscalizando. Isso é  
999 uma vitória para o Conselho Municipal de Saúde e para a gestão de saúde em Porto  
1000 Alegre. Muito obrigada e declaro encerrada a reunião.

1001  
1002  
1003  
1004  
1005

**MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA**  
Coordenadora do Conselho CMS/POA

**OSCAR RISSIERI PANIZ**  
Vice Coordenador CMS/POA

Ata aprovada na reunião plenária do dia 04/08/2011